



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 013637/2025

RECURSO: ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA
CONTRARRAZÃO: AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA

Referente à:

PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO N.º 09169/2025 (Flowdocs)
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2025
DATA DA ABERTURA: 01 de Outubro de 2025
HORÁRIO: 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, endereço: <https://bllcompras.com>.

DO OBJETO:

Constitui objeto a **EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR À SAÚDE (HOME CARE)**, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE PARA REGISTRO DE PREÇO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/09/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 11/09/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

DA TEMPESTIVIDADE:

- O recurso foi interposto, dentro dos prazos legais, portanto tempestivo, pela empresa **ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**.
- A contrarrazão foi interposta, dentro dos prazos legais, pela empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA**

Ambos documentos foram protocolados nesta Prefeitura sob n.º 013637/2025 (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

DO INICIAL:

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria nº 0396/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 014/2025, julga e responde o recurso interposto pela empresa **ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, inconformada com a decisão que manteve a proposta da empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA** classificada no Lote 2 do certame em epígrafe.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

DO RECURSO APRESENTADO:

No recurso, a RECORRENTE, **ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, alega que o Lote 2, apresenta preço manifestamente inexequível e descumpre frontalmente a legislação trabalhista e os requisitos editalícios de custos, apresentando os seguintes fundamentos principais:

- No item 1 da peça recursal, em síntese, a RECORRENTE sustenta, que a proposta da RECORRIDA seria manifestamente inexequível, por corresponder a apenas 44,76% do valor estimado no edital configurando presunção de inexequibilidade;
- No item 2, letra A, a RECORRENTE argumenta que a proposta da empresa RECORRIDA é manifestamente inexequível, pois o valor ofertado é insuficiente para cobrir os custos mínimos legais da execução do serviço de home care, especialmente no que se refere ao piso salarial nacional dos técnicos de enfermagem (Lei nº 14.434/2022).

Com base em cálculos apresentados, demonstra que o piso proporcional seria de R\$ 2.717,04, enquanto a proposta da RECORRIDA corresponde a apenas R\$ 79,00 por plantão de 12 horas, totalizando cerca de R\$ 1.185,00 mensais, o que equivale a apenas 35,6% do piso legal.

Conclui-se, portanto, que o preço ofertado não cobre o piso salarial, os encargos sociais, benefícios e demais custos indiretos, configurando inexequibilidade absoluta e violação à legislação trabalhista e ao edital.

- Na letra B, a RECORRENTE cita jurisprudência do **TCU** (Acórdão nº 1391/2023) que determina a desclassificação de propostas que não incluam os custos obrigatórios de pessoal, especialmente em contratos com dedicação de mão de obra, como o home care. Argumenta que aceitar proposta sem esses custos transfere risco trabalhista à Administração, o que é vedado por lei e viola direitos constitucionais, como o salário digno e a dignidade da pessoa humana.
- No item III, a RECORRENTE sustenta que a proposta da empresa RECORRIDA é presumidamente inexequível, pois representa apenas 44,76% do valor estimado, indicando preço muito abaixo do razoável. Afirma que caberia ao pregoeiro realizar diligência obrigatória para verificar a viabilidade da proposta, conforme o edital e a Lei nº 14.133/2021,

mas que, diante da discrepância com o piso profissional, o vício seria insanável, já que a proposta não comporta correção sem alterar o valor ofertado.

Pedidos formulados pela RECORRENTE:

- 1- A RECORRENTE solicita que o recurso seja recebido e analisado.
- 2- A suspensão da adjudicação e homologação do Lote 2.
- 3- A imediata desclassificação imediata da empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, por considerar sua proposta inexequível e ilegal, por violar o piso salarial nacional da enfermagem (Lei nº 14.434/2022) e a Lei nº 14.133/2021.
- 4- Alternativamente, requer que, se houver diligência, ela se limite à verificação do cumprimento dos pisos e encargos obrigatórios.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:

Em contrapartida, a empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 014/2025, cujo objeto é EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR À SAÚDE (HOME CARE).

Em seu item 1, da legitimidade e da habilitação documental, a empresa RECORRIDA sustenta que o recurso não deve ser conhecido, pois a RECORRENTE não apresentou documentos essenciais de habilitação (certidões negativas, CNES ativo e atestado técnico adequado), o que retira seu interesse jurídico para recorrer, violando o disposto do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Em seu item 2, sustenta a RECORRENTE que “nos termos do art. 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante que deixar de comprovar os requisitos de habilitação exigidos no edital deve ser inabilitada de pleno direito, restando afastada de qualquer ato subsequente do certame”, (...) conforme expressamente previsto no art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual somente poderá recorrer quem demonstrar interesse jurídico direto na modificação do ato. Sustentando, ainda, que “o recurso interposto não deve sequer ser conhecido, por manifesta ausência de legitimidade ativa e de interesse jurídico, impondo-se o arquivamento liminar da peça recursal”.

Em seu item 3, a RECORRENTE sustenta que o recurso apresentado é considerado manifestamente protelatório, utilizado apenas para atrasar o andamento do certame e impedir a adjudicação. Não possui fundamento jurídico ou técnico válido, configurando má-fé administrativa. Conforme entendimento do TCU, licitante inabilitado não tem legitimidade para recorrer da habilitação de outro participante. Assim, o recurso não deve ser conhecido, por falta de interesse jurídico direto, conforme o art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

No mérito, item II, defende que o objeto licitado é de execução sob demanda, sem vínculo empregatício entre a contratada e os profissionais, o que afasta a obrigatoriedade do regime CLT e do Piso Nacional da Enfermagem (Lei nº 14.434/2022). Afirma que o edital permite diferentes formas de vínculo (CLT, prestação de serviços ou vínculo societário) e que o contrato será executado por plantões, visitas ou sessões eventuais.

O edital admite diferentes formas de vínculo com os profissionais (CLT, contrato de serviço ou vínculo societário), permitindo contratações autônomas ou eventuais. Por isso, o Piso Nacional da Enfermagem não se aplica, pois vale apenas para vínculos empregatícios ou estatutários. Como o serviço será prestado de forma autônoma e sob demanda, não há relação de emprego, e exigir o piso violaria o princípio da vinculação ao edital, além dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

O edital, ao adotar o regime de Registro de Preços com demanda apenas estimada e imprevisível, demonstra que não há garantia de fornecimento contínuo, tornando inviável a manutenção de custos fixos de pessoal celetista (CLT).

A empresa destaca em seu item II.2 que já comprovou a exequibilidade de sua proposta em diligência anterior, reconhecida pela pregoeira, e que essa análise não pode ser reaberta sem erro material comprovado.

No item III, apresenta cálculos comparativos, mostrando que, caso fosse aplicado o regime CLT com o piso da enfermagem, os custos seriam superiores ao valor de referência do edital, tornando o próprio procedimento inexecutável. Assim, entende que o regime celetista não é compatível com a natureza e o modelo de execução previstos.

O estudo técnico demonstra que a execução sob regime CLT é inviável, pois os valores do edital representam apenas cerca de 52% do custo real necessário para cumprir o Piso Nacional da Enfermagem com todos os encargos trabalhistas. A adoção compulsória desse regime geraria distorção nos custos, inviabilidade econômica e vício insanável nos próprios documentos do edital. Assim, apenas contratações autônomas ou por pessoa jurídica (RPA ou prestação de serviços) são economicamente viáveis e compatíveis com as práticas do mercado e de outros entes públicos, garantindo economicidade, eficiência e competitividade no certame. Alega ainda que a contratação via pessoa jurídica ou RPA é prática administrativa regular, econômica e eficiente, já adotada pelo próprio município em certames anteriores.

O texto sustenta que o edital é legal ao permitir contratações autônomas, eventuais ou por pessoa jurídica, conforme a natureza sob demanda dos serviços, respeitando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência. Destaca que o Estudo Técnico Preliminar deve avaliar a viabilidade econômica, o que afasta a obrigatoriedade do regime CLT. Exigir o piso celetista seria inexecutável e contrário à Lei nº 14.133/2021, pois os próprios valores de referência do edital não comportam tal regime.

Pedidos formulados pela RECORRIDA:

- A rejeição do recurso da Recorrente.
- A manutenção integral da habilitação da RECORRIDA.
- O reconhecimento de que o regime aplicável é de prestação de serviço sob demanda ou autônoma (RPA/pessoa jurídica).
- A observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, isonomia e vantajosidade.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, Setor Técnico, e, após, à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

Segue parecer (parte final) da Secretaria Municipal de Saúde:

Informo que a Secretaria solicitante apresentou a seguinte resposta em evento #2 do processo administrativo nº 013637/2025, quanto ao recurso e contrarrazão apresentados:

“Dessa forma, verifica-se que a forma de execução contratual prevista no edital admite modelos de prestação de serviço eventual e variável, não impondo vínculo contínuo entre a contratada e os profissionais, o que repercute diretamente na metodologia de composição dos custos.

Assim, a proposta da empresa AID Assistência em Home Care Ltda está em conformidade com o edital, considerando que o Piso Nacional da Enfermagem (Lei nº 14.434/2022) não se aplica a serviços prestados sob regime autônomo, eventual ou por RPA;

E quanto a exequibilidade da proposta, a empresa AID Assistência em Home Care Ltda, já comprovou a viabilidade econômica durante a diligência;

Por fim, encaminho os autos à Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer jurídico conclusivo, conforme o rito previsto na Lei nº 14.133/2021.”

Faço constar que o parecer completo da Secretaria Municipal de Saúde será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Segue parecer (parte final) da Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde):

“Diante do exposto, opina-se juridicamente pelo desprovemento do recurso administrativo interposto pela empresa Assistencial e Serviços em Saúde Ltda., e pela manutenção da decisão que adjudicou o objeto à empresa AID Assistência em Home Care Ltda., considerando: A conformidade da proposta com as regras editalícias; A adequação da forma de execução contratual aos serviços sob demanda; A não obrigatoriedade de observância do piso salarial nacional da enfermagem em regimes não celetistas; E a comprovação da viabilidade econômico-financeira da proposta em sede de diligência.”

Faço constar que o parecer completo da Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde) será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Considerações desta Pregoeira:

Após analisar o recurso interposto pela empresa ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, bem como, das contrarrazões apresentadas pela empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, e, levando em consideração os pareceres emitidos pelo setor técnico requisitante, a Secretaria Municipal de Saúde e pela Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde), passo ao julgamento final do presente recurso.

Observa-se que o recurso administrativo interposto pela empresa ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, deve-se ao fato da decisão desta Pregoeira, que manteve a proposta da empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA classificada no Lote 2 do certame em tela.

Em breve síntese, a RECORRENTE, empresa ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, sustenta que a proposta da RECORRIDA seria manifestamente inexecutável, por corresponder a apenas 44,76% do valor estimado no edital e por não observar o piso salarial nacional dos técnicos de enfermagem instituído pela Lei nº 14.434/2022, o que, segundo alega, configuraria ilegalidade e descumprimento de encargos trabalhistas mínimos.

Em contra partida, a empresa RECORRIDA, AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA, em suas contrarrazões, argumenta que o objeto licitado é de natureza sob demanda, sem vínculo celetista entre contratada e profissionais, o que afasta a obrigatoriedade de observância do piso nacional da enfermagem. Aduz ainda que comprovou a exequibilidade de sua proposta em diligência administrativa prévia, reconhecida por esta Pregoeira.

A Secretaria Municipal de Saúde, Setor demandante, manifestou-se pelo desprovimento do recurso, entendendo que o edital não impõe regime celetista e que a empresa recorrida atendeu integralmente às exigências editalícias e legais.

A Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde), opinou desprovimento do recurso administrativo interposto pela empresa Assistencial e Serviços em Saúde Ltda., e pela manutenção da decisão que adjudicou o objeto à empresa AID Assistência em Home Care Ltda. Em análise a todo o exposto pela RECORRENTE e RECORRIDA, constato que:

1. Da legitimidade recursal:

Conforme o art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, apenas poderá recorrer quem demonstrar interesse jurídico direto na modificação do ato. Observa-se que a Recorrente apresentou falhas em sua habilitação documental (ausência de certidão e CNES, conforme apontado pela área técnica e confirmado por esta Pregoeira), o que fragiliza seu interesse recursal, embora o recurso tenha sido conhecido por prudência administrativa e respeito ao contraditório.

2. Do regime de execução previsto no edital:

O Termo de Referência edital e o preveem a execução sob demanda, “por meio de plantões, visitas ou sessões conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde”, e no item 6.17.1 admitem vínculo celetista, contrato de prestação de serviços ou vínculo societário.

O próprio termo de referência informa no item 1.1 claramente que o objeto da licitação destina-se a atender, “excepcionalmente”, pacientes com determinação judicial, além de informar que os atendimentos serão realizados exclusivamente em casos excepcionais, mediante determinação judicial e devidamente validados.

Importante destacar que “os serviços contratados serão prestados de forma parcelada, por meio de sessões, visitas, plantões ou consultas, conforme a natureza de cada atendimento. Assim, não se trata de contratação com valor mensal fixo, mas sim de prestação sob demanda, conforme a efetiva necessidade”.

Assim, não há imposição de contratação sob regime CLT, e o piso da enfermagem (Lei nº 14.434/2022) aplica-se exclusivamente a relações empregatícias ou estatutárias, não alcançando prestadores autônomos ou vínculos eventuais.

3. Da exequibilidade da proposta:

A empresa AID apresentou documentação comprobatória da viabilidade econômico-financeira de sua proposta em diligência realizada durante a fase de julgamento por esta Pregoeira, conforme registrado no processo.

Essa diligência atendeu ao disposto no art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a verificar a exequibilidade das propostas, e seu resultado foi favorável à licitante, inexistindo novo elemento capaz de infirmar a conclusão já alcançada.

4. Da compatibilidade com o edital e princípios aplicáveis:

Verifica-se que a proposta da RECORRIDA atende integralmente ao instrumento convocatório, ao passo que a alegação da RECORRENTE parte de premissa incompatível com o regime jurídico da contratação (CLT).

A aplicação compulsória do piso celetista em contrato sob demanda violaria os princípios da vinculação ao edital (art. 18 da Lei nº 14.133/2021), da razoabilidade, da economicidade e da competitividade, podendo, inclusive, restringir a participação de empresas habilitadas.

5. Da jurisprudência e prática administrativa:

O Município já realizou contratações similares sob o mesmo modelo de execução e valores compatíveis, demonstrando coerência administrativa e adequação ao mercado.

A Secretaria Municipal de Saúde através do Setor Técnico informa em sua resposta que a empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA está em conformidade com o edital, considerando que o Piso Nacional da Enfermagem (Lei nº 14.434/2022) não se aplica a serviços prestados sob regime autônomo, eventual ou por RPA, além de informar que a empresa comprovou a viabilidade econômica durante a diligência

A Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde) considera “a conformidade da proposta com as regras editalícias; A adequação da forma de execução contratual aos serviços sob demanda; A não obrigatoriedade de observância do piso salarial nacional da enfermagem em regimes não celetistas; E a comprovação da viabilidade econômico-financeira da proposta em sede de diligência”.

Por todo exposto, informo que:

O princípio da vinculação ao edital impõe interpretação restritiva: não cabe ao gestor ampliar ou flexibilizar requisitos não previstos expressamente. Da mesma forma, na fase recursal, não é possível reinterpretar o edital ou ampliar seu alcance, em respeito aos princípios da vinculação e da preclusão.

As alegações apresentadas pela RECORRENTE, no sentido de requerer a desclassificação imediata da empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA. por suposta inexecuibilidade e ilegalidade, sob o argumento de descumprimento das Leis nº 14.133/2021 e nº 14.434/2022, não merecem prosperar, por carecerem de fundamento técnico e jurídico. A alegação de inexecuibilidade não procede, pois a proposta vencedora foi objeto de diligência e teve exequibilidade reconhecida

Com efeito, o edital do certame prevê expressamente a possibilidade de execução contratual por meio de prestação de serviços sob demanda, vínculo societário ou contrato autônomo, o que afasta a obrigatoriedade de adoção do regime celetista (CLT) e, consequentemente, da aplicação do Piso Nacional da Enfermagem. Assim, as condições de exequibilidade devem ser analisadas à luz do regime jurídico e operacional estabelecido no instrumento convocatório, em observância ao princípio da vinculação ao edital (art. 18 da Lei nº 14.133/2021). O edital não impõe vínculo celetista, logo, não se aplica obrigatoriamente o piso nacional da enfermagem.

Ademais, a Lei nº 14.434/2022, que institui o piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem, restringe sua aplicação aos vínculos de natureza empregatícia (CLT) e estatutária, não alcançando contratações de natureza autônoma ou eventual, como as previstas neste certame.

Dessa forma, o pedido de diligência para verificação de cumprimento de piso salarial e encargos sociais mínimos não encontra amparo legal, uma vez que tais obrigações não se aplicam ao modelo de contratação adotado, sendo improcedentes as razões recursais apresentadas, não tendo violação aos princípios da legalidade, economicidade e vinculação ao edital.

DA DECISÃO

Ante o exposto, esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 396 de 08 de janeiro de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

CONHECER o recurso interposto feito pela empresa **ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**.

ACATAR, o parecer por parte do Setor demandante, a Secretaria Municipal de Saúde, bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa reposta ao recurso e contrarrazões interpostos.

OPINAR, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa **ASSISTENCIAL E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, julgando-o improcedente e mantendo-se a decisão que classificou e habilitou a empresa **AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA** no lote 2, por estar sua proposta em conformidade com o edital, a legislação vigente e o parecer técnico da Secretaria Municipal de Saúde;

Faço constar que a decisão desta pregoeira baseia-se nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria solicitante e argumentos jurídicos apresentados pela Procuradoria Geral do Município (Assessoria Jurídica da Saúde).

DETERMINAR o encaminhamento dos autos à autoridade superior, Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito, para deliberação.

APÓS, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 22 de outubro de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação